



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**CELI NELZA ZULKE TAFFAREL II  
(depoimento)**

**2012**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA

**Projeto:** Garimpendo Memórias

**Número da entrevista:** E-275

**Entrevistado:** Celi NeLza Zulke Taffarel

**Nascimento:** 08/10/1951

**Local da entrevista:** Hotel Abeville, São Luís - MA

**Entrevistadora:** Christiane Garcia Macedo

**Data da entrevista:** 25/07/2012

**Transcrição:** Christiane Garcia Macedo

**Copidesque:** Silvana Vilodre Goellner

**Pesquisa:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** não informado

**Páginas Digitadas:** 10

**Observações:** Entrevista publicada na Revista Motrivivência, Ano XXIV, n. 39, dezembro de 2012. Dossiê Espaços e Equipamentos de Educação Física

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Relação dos equipamentos e espaços com a Educação Física; formação de professores; precarização dos espaços e equipamentos; políticas públicas e investimentos; REUNI; como melhorar; produção acadêmica; defesa de investimentos voltados para que os trabalhadores tenham acesso a condições de realizar as práticas corporais.

Porto Alegre, 25 de julho de 2012 Entrevista com Celi Nelza Zulke Taffarel a cargo da pesquisadora Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpendo Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Professora, primeiro gostaria de agradecer em nome do Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS<sup>1</sup> pela disposição para essa entrevista. A escolha do seu nome foi por um reconhecimento de toda contribuição que a senhora tem dado para a nossa área. Essa entrevista é para a Revista Motrivivência que está organizando um dossiê sobre equipamentos e espaços para a Educação Física escolar e não escolar.

Inicialmente, na sua visão, qual a importância dos espaços e equipamentos na estruturação e consolidação da Educação Física na escola e fora dela.

C.T. – Quando observamos concretamente o trabalho pedagógico nós só reconhecemos o trabalho pedagógico quando professores e estudantes estão tratando cientificamente de um dado conhecimento. Isso não se dá fora de um tempo, de um espaço e da utilização de aparelhos, de implementos, de recursos. Para responder a tua pergunta nós temos que respondê-la olhando a totalidade e as relações e nexos que existem entre o trabalho do professor com os estudantes em um determinado tempo, em um determinado espaço, com uma determinada finalidade e que é constantemente avaliado. Portanto, falhando um desses componentes, a totalidade sofre. E isto repercute, por exemplo, se nós não tivermos espaços, tempos e equipamentos adequados em todo o processo de aprendizagem. Então, é nesse sentido que conseguimos compreender a importância e a relevância dos espaços e equipamentos para a Educação Física Escolar.

C.M. – Que relações podemos estabelecer entre espaços e equipamentos da Educação Física e a formação de professores?

C.T. – Justamente isso que expliquei anteriormente. Não tem como assegurar uma boa formação de professores com uma consistente base teórica se você não tiver tempos, espaços e equipamentos e, também, se não tiver clareza de finalidades, objetivos e

---

<sup>1</sup> Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

avaliação; se você não tiver uma organização do trabalho, tanto à nível de sala de aula quanto à nível da instituição como um todo, de forma compatível adequada e que efetivamente permita a materialização das nossas intenções que é formar bem um professor. Portanto, as questões dos espaços, tempos, equipamentos, dos materiais e dos recursos estão inter-relacionados. E na formação dos professores significa que tanto no processo de formação os estudantes se apropriam desses elementos que constituem o trabalho pedagógico quanto, na prática do ensino, nos estágios e na atuação profissional eles ampliam as referências sobre as possibilidades de tempos, de espaços, de recursos, de implementos, de equipamentos pedagógicos que permitem atingir determinadas finalidades.

C.M. – Em sua trajetória profissional que mudanças são possíveis de serem percebidas em relação aos espaços e equipamentos da Educação Física no contexto escolar?

C.T. – Nesse exato momento avaliarmos o que está acontecendo com a Educação Física no interior das escolas, e verificamos pelos fatos que existe em curso uma destruição da educação pública e, também, a destruição de espaços e tempos pedagógicos. E como nós percebemos isso? Diminui o número de professores nas escolas, o trabalho pedagógico está mais precarizado, intensificado, diminuem os espaços, para as experiências no campo da cultura corporal, por incrível que pareça, nas escolas. Menciono aqui a maioria das escolas públicas. Quando olhamos para as escolas particulares, muitas estão inclusive destruindo os espaços que eram da Educação Física para instalar estacionamentos, construir prédios novos, expandir as instalações, ou simplesmente colocar cimento para transformar em um pátio hostil para as necessidades de crianças e jovens. São raros os investimentos feitos para assegurar espaços públicos adequados para o desenvolvimento da cultura corporal e, portanto, espaços para práticas esportivas múltiplas que requerem amplos espaços, tanto aquáticos como terrestres, bem como, para outras atividades da cultura corporal tais como a dança, yoga, as demais lutas, a ginástica que precisam de espaços próprios. Não existem investimentos maciços para garantir nas escolas públicas os espaços, equipamentos, necessários as crianças e jovens, no campo da cultura corporal. O que percebemos hoje é que são investimentos mais da iniciativa privada, são espaços sofisticados, com equipamentos que normalmente desenvolvem determinados elementos da cultura corporal que são importados e relacionados com mercados de comercialização lucrativa. Basta

verificarmos o surgimento em cada esquina de academias que desenvolvem métodos vindos do exterior e junto com esses métodos vem, para serem comercializados, os equipamentos, o suplemento alimentar, o vestuário, o calçado, etc. Quer dizer, é um pacote. Todo as pessoas acabam consumindo e com isso desviando toda a sua atenção e toda a sua disposição política daquilo que é público e que deveria ser o prioritário, o preservado; aquilo pelo que deveríamos lutar. Ou seja, esses espaços públicos para desenvolvimento dos esportes aquáticos, terrestres, aéreos, para o desenvolvimento de todas as formas de dança, desde as clássicas até as folclóricas, para todas as possibilidades de lutas de todos os continentes que é uma diversidade fantástica, todas as possibilidades de ginástica que historicamente a humanidade acumulou e que também são fantásticas. Quer dizer, acabamos não tendo espaços, não tendo tempo, não tendo programa, não tendo professor, não tendo acesso àquilo que eleva nosso padrão cultural esportivo. Isso, com certeza, é um prejuízo gravíssimo no processo de humanização. Acabamos caindo em um processo de mercantilização dos produtos da cultura corporal do que, efetivamente, em um acesso público de qualidade a um patrimônio da humanidade.

C.M. – E, há anos atrás quando a senhora começou sua formação, isso era diferente?

C.T. – Anos atrás, quando comecei a minha formação na UFRGS de Porto Alegre, é claro que era diferente se pensarmos na formação profissional dentro da Universidade. A UFRGS não tinha a estrutura que ela tem hoje. Hoje ela é um centro de excelência, sem sobra de dúvidas, deu um salto qualitativamente. Mas se você for para a UFBA<sup>2</sup>, onde eu atuo profissionalmente, você vai ver que não tem um complexo esportivo e educacional que sirva à população. Não tem! Portanto, os investimentos públicos são empregados de acordo com uma correlação de força, onde quem é mais, pode mais, consegue mais e, nesse sentido, o que nós observamos é que não existe efetivamente uma distribuição de recursos públicos igualitária, buscando um padrão nacional unitário de qualidade, que garanta uma base nacional de qualidade da infraestrutura esportiva no nosso país sob a responsabilidade do poder público. O que deveria ser assegurado são investimentos públicos, para os interesses públicos, instalações e complexos esportivos públicos para desenvolver, numa perspectiva de uma cultura popular, os elementos da cultura corporal.

C.M. – A senhora acha que a formação de professores tem dado conta de problematizar essas questões de estrutura e dos espaços?

C.T. – Não a formação acadêmica está altamente rebaixada, o que vem desqualificando os professores em sua formação acadêmica. Para comprovar isto vejamos as diretrizes curriculares nacionais de formação de professores e de formação de graduandos em Educação Física. Atualmente a formação está dividida em dois cursos, um de licenciatura para atender o sistema educacional e outro de graduação em educação Física, para atuação em outros campos de trabalho para além da escola. Esta fragmentação, assegurada pela legislação vigente, compromete a formação acadêmica e limita as abordagens sobre tempo, espaço e equipamentos para tratar de cultura corporal em diferentes espaços formativos. Esta divisão induz que os “Graduandos – bacharéis” cuidam de espaços e tempos, fora do sistema educacional. Enquanto que os licenciandos tratam da escola. Ao estudar restritamente a escola negam-se conhecimentos aos licenciandos sobre gestão e administração, por exemplo, de espaços e tempos públicos. Hoje são raríssimas as obras, são raríssimas as pesquisas, são raríssimos os professores, são raríssimos os conteúdos e eu afirmo isso com certa segurança porque me debruço para verificar currículos, que ampliam as referências teóricas dos estudantes sobre a questão dos tempos, espaços e equipamentos e sua gestão seja na esfera pública ou privada, seja nos campos educacional, saúde, lazer ou esporte de alto rendimento. Verificamos isto, verificando a estruturação curricular, as matrizes, ementas, conteúdos, bibliografias. Constatamos que há um *déficit*, uma carência nos bacharelados que, entre aspas, dizem ser a área que deve cuidar da gestão e da administração para além do sistema educacional. Portanto, isto é altamente questionável. Assim, também, na licenciatura existe um *déficit* no que diz respeito à gestão, à administração de espaços, tempos, equipamentos etc, porque este conhecimento é negado; porque dizem que este é um conhecimento dos bacharéis e não dos licenciados.

O que temos que redimensionar: a formação de professores superando a fragmentação, as dicotomias entre teoria e prática, a negação do conhecimento. A formação deve ser unificada pelo que a caracteriza, ou seja, a docência como sendo elemento central que caracteriza a formação. Na docência, desenvolve-se o trabalho pedagógico, que se dá dentro de gestão e administração do conhecimento, do currículo cujo objeto é a cultura corporal, o que implica em tempos, espaços equipamentos, etc. que

---

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia.

necessitam de gerenciamento e administração por parte do docente. Docente este que vai produzir conhecimento científico a partir do seu trabalho pedagógico. Temos que assegurar que ele domine o conhecimento clássico, que domine os instrumentais da ciência, que domine o objeto específico e constate, critique, elabore uma práxis social, ou seja, uma atuação profissional em um patamar qualitativo mais elevado e dê conta daquilo que é a função social e que justifica o conteúdo da cultura corporal nos espaços formativos, seja ele dentro da escola ou fora da escola.

C.M. – E nas políticas públicas a senhora percebe um investimento que possa ajudar a Educação Física?

C.T. – Tem investimento, na política pública para a educação física escolar, o esporte de lazer para a saúde, mas, são irrisórios, são muito pequenos frente as demandas de nosso país continental. Nós temos mais de 5.000 municípios e, se você for de município à município, perguntar pelas instalações, espaços, tempos, equipamentos, programas, pelos professores, você vai ver a grande ineficiência. Se perguntar pelo financiamento, pela aplicação dos recursos públicos, você vai verificar que, do produto interno arrecadado no município, 0,04 % é aplicado em esporte e lazer. Assim o Brasil não dará conta de assegurar para população, espaços, tempos, equipamentos, profissionais, programas à altura do que é necessidade da classe trabalhadora no que diz respeito a acessar e poder desenvolver um dos elementos importantíssimos da cultura humana, que é a cultura corporal. São necessários investimentos para além dos que existem atualmente! Observando o orçamento geral da união, verificaremos que o percentual aplicado no campo das políticas públicas de esporte é de 0,04 %, o que é muito pouco. Agora estão sendo realizados grandes investimentos porque é uma situação excepcional que vai passar, isso é uma década e acabou. São os investimentos na construção de megaeventos que requerem mega-espaços. Verificamos pelos fatos que teremos instalações, mas são instalações para megaeventos e não para universalizar<sup>5</sup> e democratizar espaços, equipamentos. Nós nos posicionamos no sentido de defender que só deveríamos ter megaeventos quando tivéssemos assegurado o lastro nacional qualitativo no campo da cultura esportiva, isso significa, ter garantido dentro da escola as condições objetivas, os programas e os professores para conduzir bem a Educação Física Escolar. Para termos nos municípios, nas cidades de pequeno, médio e grande porte, a infraestrutura para que a

população acesse o conhecimento, acesse as práticas esportivas e as práticas corporais há muito a se fazer e a geração mais jovem terá que lutar muito, muito, muito, muito, para poder superar estes obstáculos, principalmente do financiamento, que desvia recursos públicos para o setor especulativo parasitário da economia e não prioriza as políticas sociais dentro das quais estão as políticas educacionais e as políticas de esporte.

C.M. – Especificamente sobre as universidades: a senhora já circulou pelo país inteiro e uma das grandes reclamações é que, às vezes, as universidades não têm esses equipamentos. O que isso traz para a Educação Física brasileira, quais as regiões que a senhora você percebe que tem mais dificuldade em relação a estrutura. E, ainda: a facilidade de algumas regiões garante a formação?

C.T. – Veja só: o que estamos constatando no país inteiro é de que há uma expansão do ensino superior no campo da Educação Física, em especial, nas particulares e, especificamente com os cursos de bacharelados. No entanto, não tem infraestrutura adequada para tudo isso. Nas universidades federais o que constatamos é que temos federais como, por exemplo, a UFBA, que não tem um complexo esportivo sequer. E existem outras federais que tem um complexo esportivo e um dos grandes problemas é a manutenção destes complexos no que diz respeito, justamente, aos recursos necessários para esta manutenção. E há também os que não têm os recursos necessários para implementar projetos de expansão que ampliariam vagas, pesquisas e programas de extensão. A UFBA necessita de 100 milhões para instalar o Instituto de Ciências do Esporte e construir o Complexo Esportivo Educacional, com ginásio, piscinas, setor atlético, setor de esporte, com o futebol, centro de convivência, pavilhão de aulas, de exposições, de laboratórios. Isso significa, em termos de recursos, um montante equivalente a verba do REUNI<sup>3</sup> que veio para a UFBA; o REUNI que veio para a UFBA é de , 100 milhões para aproximadamente 33 obras. Necessitamos, somente para a construção do Complexo esportivo educacional da UFBA 100 milhões, para uma obra que repercutirá no futuro não somente na Cidade de Salvador, mas no Estado da Bahia, na região nordeste, no Brasil. Por isto constatamos que o recurso é pequeno, o investimento é irrisório. O aporte que veio do REUNI de recursos para a universidade é equivalente a 20%

---

<sup>3</sup> Referência ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, do Governo Federal.

do que as universidades recebiam anteriormente, o que é insuficiente. Cinco anos após a implementação do REUNI nas universidades brasileiras, constatamos um colapso que paralisou todas as universidades, por quê? Porque não temos condições de trabalho e condições de trabalho significa infraestrutura; infraestrutura significa o quê? Os espaços, os materiais, os equipamentos, enfim, tudo isso para que possamos efetivamente tratar da formação profissional, da formação acadêmica, da formação científica; para que possamos desenvolver ensino, pesquisa e extensão, de qualidade. Portanto, com baixos investimentos públicos não temos condições de desenvolver adequadamente ensino, pesquisa e extensão, não tem condições de estabelecer um diálogo com a comunidade. Isto porque, por exemplo, na área de esportes, se quisermos estabelecer um diálogo com a comunidade, significa que teremos que ter espaços para isso, equipamentos para isso, e as universidades estão deficitárias neste sentido, excluindo daí os centros de excelência, como o da UFRGS.

Em termos de universidades, temos uma pirâmide: as que estão na base completamente desequipadas, que são a maioria e, temos as que estão no topo da pirâmide - as que são os centros de excelência - reproduzindo a pirâmide social. A distribuição dos recursos é predominante para o sul e sudeste. As demais regiões como o norte, por não ter pós-graduação, o centro-oeste ter uma ou duas, o nordeste uma, duas ou três, padecem pela falta de investimentos em ciência e tecnologia, falta de investimentos na qualificação e formação. Do ponto de vista do financiamento e da distribuição de recursos, acentua-se e prevalece a desigualdade e, essas diferenças ampliadas vão criando fossos intransponíveis entre o norte, nordeste, centro-oeste e, o sul, sudeste do Brasil. Isso necessita ser quebrado e tem que ser quebrado com políticas públicas. Uma política pública significa, efetivamente, estabelecer referências de investimentos que não sejam essas referências para quem tem mais, quem pode mais, sempre conseguir mais. Devem existir outros critérios, pois há necessidades humanas, que devem ser atendidas com políticas públicas, com recursos públicos para criar condições objetivas para garantir a qualidade do trabalho pedagógico. Por isto defendo o padrão unitário de qualidade, do sul ao norte do país, e esse padrão unitário de qualidade tem que ser garantido com recursos públicos. Não pode continuar esta diferença brutal que existe entre as regiões brasileiras.

C.M. – A produção acadêmica da área tem tematizado essa questão?

C.T. – Muito pouco. E isso pode ser constatado. Faça o levantamento de dissertações e teses, faça o levantamento de publicações, faça o levantamento do que é apresentado em eventos científicos e você vai ver que é insignificante, irrisório, insuficiente. O que se discute de instalações, implementos, equipamentos é muito pouco. Onde você vai encontrar um percentual de trabalho um pouco mais significativo é naqueles que trabalham com lazer e sabem que não tem possibilidade de se discutir a questão do lazer sem se discutir políticas públicas para o trabalhador, sem se discutir, portanto, espaços, tempos e equipamentos.

C.M. – Na sua opinião, o que seria necessário para melhorar essa estrutura? O que ainda precisa ser aprimorado?

C.T. – Investimento público, financiamento, orçamento, aplicação de recursos que advém do trabalho dos trabalhadores no país porque a única coisa que gera valor é o trabalho humano, o trabalho dos trabalhadores. Temos que garantir a aplicação de recursos públicos, advindos do trabalho humano da classe trabalhadora e investir nos trabalhadores. Temos que deixar de financiar e reestruturar o FMI<sup>4</sup>, como a Presidenta Dilma o fez recentemente, ao emprestar dinheiro para a reestruturação do FMI. Além disso, tem que parar de emprestar dinheiro para salvar bancos falidos, acabar de perdoar as dívidas de particulares falidos, acabar de beneficiar com recursos públicos os latifundiários, deixar de desonerar a folha de pagamento, porque isto prejudica a arrecadação da previdência pública, e aplicar os recursos públicos em benefício da classe trabalhadora, dos seus interesses, das suas necessidades e das suas reivindicações. A classe trabalhadora quer tempo, espaço, programas, equipamento, quer bons profissionais para poder acessar, para poder usufruir, para poder construir a cultura esportiva, a cultura corporal. Nós não queremos passivamente ficar na frente da televisão assistindo megaeventos; nós queremos praticar dia-a-dia e construir dia-a-dia a cultura corporal. Para isso: investimento público, formação de bons professores, produção de conhecimento, programas e projetos são essenciais. Não esses programas e projetos que começam e não terminam, assistemáticos, mas programas e projetos que se coloquem dentro de uma política pública de Governo e de Estado de longo alcance, que atinja o ponto de irreversibilidade para as mudanças sociais. Um ponto onde as pessoas não vão mais abrir mão disto e vão exigir que sejam instalados

e mantidos espaços, tempos, equipamentos e programas que lhes possibilite usufruir deste patrimônio da humanidade que é a cultura esportivas. Patrimônio fundamental para a humanidade e para a nossa humanização.

C.M. – A senhora gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o tema?

C.T. – É preciso que tudo isso que eu falei em uma entrevista sem ter nenhum recurso nas mãos seja verificado em fontes validas e fidedignas. Isto que aqui expus deve ser confrontado com a realidade concreta. Não estou expondo ideias da minha imaginação. Estou me valendo de informações científicas que advém de estudos cuja matriz teórica busca o real concreto, ou seja, compreender, explicar e intervir no real, na realidade. O que expus não é fruto da imaginação humana, ela a realidade concreta. E, portanto, quando nos posicionamos perante qualquer coisa, não podemos ficar no limite das nossas imaginações; nós temos que ir ao máximo da exatidão e correspondência do real concreto. E quem vai nos dar o instrumental e vai possibilitar isso são funções psicológicas superiores que são desenvolvidas. É o método científico. É importante ressaltar que nesse momento histórico nós estamos executando uma pesquisa nacional financiada pelo FINEP<sup>5</sup>, encomendada pelo Ministério do Esporte, que diz respeito ao Diagnóstico Nacional do Esporte. Nesse diagnóstico estamos estudando as variáveis de infraestrutura, gestão, administração, legislação, financiamento, os participantes e, portanto, esse conjunto de variáveis vai nos possibilitar conhecer cientificamente a situação do esporte no Brasil. Essa pesquisa deverá ser concluída em 2014 e é feita por um grupo de universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Sergipe e a Universidade Federal da Bahia, que é a executora. Portanto, eu poderia detalhar agora sobre a infraestrutura do esporte no Brasil a partir de investigações preliminares, a partir de estudos para delimitar o as principais questões sob as quais estamos nos debruçando para constatar a situação da infraestrutura esportiva no nosso país. Poderia estar colocando detalhes sobre o que é infraestrutura no setor privado, o que é infraestrutura no setor público, o que é infraestrutura esportiva no setor misto, ou seja, parceria do público com o privado. Nós poderíamos estar descrevendo detalhadamente, Estado a Estado, como é a

---

<sup>4</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>5</sup> Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

infraestrutura esportiva, a infraestrutura para a Educação Física no sistema educacional, nas forças armadas, no SESC e SESI, no setor privado. Poderíamos estar descrevendo o que é a infraestrutura de determinados programas como, por exemplo, a Academia da Cidade<sup>6</sup> o que e onde foram construídos equipamentos ou serão construídos equipamentos. Ou seja, o assunto é vasto, merecedor de estudos e nós estamos fazendo esses estudos. Mas isso são estudos que não se fazem só. Os programas de pós-graduação do nosso país, que são 40 entre mestrado e doutorado, devem se debruçar sobre isso. Não apenas para fazer o diagnóstico mas também para explicar porque as coisas são como são; mas, fundamentalmente, para trazer proposições superadoras que atendam o interesse da classe trabalhadora pela universalização e democratização dos esportes em nosso país. Quais são os interesses da classe trabalhadora? Superar aquilo que a oprime, superar aquilo que a explora, superar aquilo que lhe é negado e acessar com dignidade o patrimônio da humanidade. E um dos grandes patrimônios da humanidade é o que construímos no campo da cultura corporal. Então, é nesse sentido que eu quero fechar essa entrevista ressaltando isso: no Brasil, nós profissionais da Educação Física, temos que avançar cada vez mais no uso da ciência e também combatermos o que nos desvia da realidade objetiva e concreta, combater todas aquelas formas de pensamento que criam barreiras para a gente compreender a realidade. Combater tudo aquilo que segrega, nega, destrói e limita o acesso ao que é direito de todos, como no nosso caso as praticas corporais e esportivas.

C.M. – Professora, eu agradeço a entrevista em nome do Centro de Memória do Esporte. Seu nome foi escolhido para essa entrevista pelo nosso reconhecimento da sua importância da sua atuação para a área da Educação Física. Muito Obrigada!

[FINAL DO DEPOIMENTO]

---

<sup>6</sup> Programa do Ministério da Saúde em convenio com as Secretarias Municipais de Saúde, que visa implantar polos com infraestrutura para praticas corporais, para fins de promoção da Saúde. Ver mais em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1801](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1801).